

DESIGUALDADES DE GÊNERO, CAMPOS DE CONHECIMENTO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ENGENHEIRAS CIVIS

Caroline Urias Challouts*

Maria Lígia Ganacin Granado Elias**

Tânia Maria Gomes da Silva***

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão sobre desigualdades de gênero no campo da Engenharia Civil, atendo-se na persistência dos estereótipos de gênero e suas consequências no exercício desta atividade profissional. Trata-se de um resultado de pesquisa desenvolvida numa perspectiva feminista e que metodologicamente empregou métodos qualitativos de discussão bibliográfica e entrevistou oito profissionais da área, sendo quatro engenheiros e quatro engenheiras; metade de cada grupo com idade inferior a 30 anos, outra metade com 30 anos ou mais. Evidenciou-se que o aumento do número de mulheres na engenharia civil não se refletiu no fim das discriminações, persistindo noções naturalizadas sobre as diferenças de gênero. Por outro lado, a própria realização deste artigo demonstra que as teorias feministas têm contribuído para a revisão crítica de práticas cotidianas na busca de condições menos desiguais de exercício acadêmico e profissional. Conclui-se que preconceito e discriminação comprometem o desempenho profissional, com reflexos negativos sobre a qualidade de vida e a saúde das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de gênero; Engenharia civil; Conhecimento; Saúde.

INEQUALITIES IN GENDER, FIELDS OF KNOWLEDGE AND PROFESSIONAL WORK OF FEMALE CIVIL ENGINEERS

ABSTRACT: Gender inequalities in Civil Engineering are analyzed, with special reference

* Graduada em Engenharia Civil da UniCesumar - Centro Universitário de Maringá. Bolsista do programa Prêmio Projeto de Iniciação Científica (PPIC). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde na UniCesumar, Brasil.

** Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em Ciências Sociais pela UFSC. Realizou estágio pós doutoral na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade de Brasília (UnB) (Bolsista PDJ/ CNPq), Brasil.

*** Doutora em história pela Universidade Federal do Paraná, mestre em história pela Universidade Estadual de Maringá. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Paraná, no departamento de história. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá – UniCesumar. Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Maringá – UniCesumar. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICETI, Brasil. E-mail: tania.gomes@unicesumar.edu.br

to persisting gender stereotypes and their consequences in the exercise of the profession. Current paper provides results of a research from a feminist point of view, with the use of quality methodology for bibliographical discussion. Eight engineers, four males and four females, were interviewed, fifty percent of each group aged under thirty. Results show that an increase in the number of female engineers did not cause a lessening in discriminations. Naturalized ideas on gender differences persisted. On the other hand, the paper reveals that feminist theories have contributed towards a critical revision of daily practices for more unequal conditions in academic and professional conditions. Bias and discrimination compromise professional performance with negative results on female life quality and health.

KEY WORDS: Gender inequality; Civil engineering; Knowledge; Health.

INTRODUÇÃO

Ciência, tecnologia, engenharia e matemática, que em inglês recebem a sigla de STEM, têm sido campos acadêmicos e profissionais predominantemente masculinos, caracterizados por aquilo que se tem denominado de “lacuna de gênero” (*Gender gap*) (UNESCO, 2018). Nesse sentido, constata-se a persistente discrepância nas ocupações profissionais e, ainda, na liderança de profissionais em cada área.

O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão pontual sobre as diferenças de gênero no campo da ciência, tecnologia, engenharia e matemática, tendo como foco específico a área de engenharia civil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que procura, por meio de entrevistas e análises, investigar alguns dos desafios que as mulheres enfrentam nessas áreas de conhecimento. Integraram a pesquisa 8 profissionais da área, sendo quatro engenheiros e quatro engenheiras; metade de cada grupo com idade inferior a 30 anos; outra metade, 30 anos ou mais, moradores de um município do Estado de São Paulo.

A técnica de pesquisa foi a de entrevistas discursivas semiestruturadas. Essa tem sido definida como biográfica, conversacional e informal (CARDANO, 2017). Ainda que o estudo se circunscreva a um número limitado de informantes, acredita-se que contribua para nos aproximar de experiências singulares, corroborando para a redefinição de algumas noções estereotipadas acerca do feminino e do masculino reais. Por meio das fontes orais é possível ao pesquisador o acesso à historicidade das vidas privadas (PORTELLI, 2016).

Para avançarmos no entendimento sobre gênero e suas consequências na composição de campos científicos e profissionais é de fundamental importância

considerar o fato de que nós, seres humanos, construímos material, social e simbolicamente o mundo ao nosso redor. Do mesmo modo que construímos significados para marcadores de luto, nascimento, celebrações, também o fazemos com relação aos paradigmas sociais ligados ao que, por um lado, caracterizam-se como “coisas de homens” e, por outro, como “coisas de mulher”. Essas são construções sociais naturalizadas em diferentes esferas ao longo dos anos e, como se discutirá a seguir, são incorporadas na interpretação do mundo tanto de homens quanto de mulheres.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Durante muito tempo, e ainda hoje, era comum se falar em diferenças sexuais, ou seja, as diferenças entre o feminino e o masculino, como sendo o resultado de diferenças entre os sexos. Conforme novas percepções sobre essas questões foram se desenvolvendo, foi necessário pensar uma nova terminologia que explicasse as diferenças que não se resumiam ao aspecto biológico. Assim, pelo menos desde os anos 80 do século XX, o conceito de gênero passou a ser empregado para se referir à diferença entre mulheres e homens numa perspectiva cultural e histórica (CONNELL, PEARSE, 2015).

Gênero é, portanto, uma ferramenta importante para refutar explicações essencialistas que normalizam as diferenças e mantém as situações de desigualdades entre homens e mulheres. Gênero pode ser compreendido como uma “categoria classificatória, que, em princípio, pode metodologicamente ser o ponto de partida para desvendar as mais diferentes e diversas formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos” (MACHADO, 2000, p. 5).

A autora acrescenta que “não há nada de universal na configuração das relações de gênero, a não ser que são sempre construídas” (MACHADO, 2000, p. 6). Destaca-se, assim, que os comportamentos dos homens e das mulheres, das pessoas intersexuais, entre outras possibilidades, não são simples conseqüências de questões naturais, mas também estão, em grande medida, relacionadas às construções sociais que nos rodeiam, principalmente porque essas construções sociais nos colocam em relação de poder uns com os outros.

Desde antes do nascimento há padrões de comportamentos que atuam

potencialmente sobre o papel do homem e da mulher na sociedade, de tal forma que a socialização de cada pessoa é construída sob a influência desse contexto de padrões estabelecidos. Deste modo, o gênero é construído socialmente, ao mesmo tempo em que a diferença biológica é usada como uma justificativa para as desigualdades decorrentes desta construção. Dessa forma, adotar o gênero como categoria analítica produz questionamentos sobre padrões de comportamento historicamente atribuídos a homens e mulheres (MIKOLA, 2011).

Uma vez identificados como meninos e meninas, homens e mulheres internalizam os seus respectivos papéis na sociedade, como se fossem duas caixinhas às quais devem se adequar. Por exemplo, as mulheres são designadas a se casarem, ter seus filhos, cuidar da casa, e isso é estimulado desde as brincadeiras, tarefas escolares, tradições familiares e religiosas, os brinquedos, as mídias, roupas, entre outros. Trata-se de uma rede complexa de construção de significados que passa por transformações no decorrer do tempo. Entretanto, ainda que, nos dias de hoje, as mulheres não sejam apenas “donas de casa” ou “mães”, o papel de cuidar dos filhos, por exemplo, continua sendo prioritariamente delas, e é muito comum que essa responsabilidade seja justificada como fruto de uma “natureza feminina”.

Papel é aqui entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta. (GROSSI, 1998, p.6).

Observamos que o sistema de gênero cria diferentes papéis a serem vivenciados, incorporados por homens e mulheres. De modo simplificado, podemos dizer que as mulheres encontram na maternidade um elemento-chave de seu papel. As mulheres são colocadas na “caixinha” da emotividade e são vistas como mais compreensivas, pacientes, conciliatórias. Aos homens restam os atributos da “caixinha” da racionalidade, em que são conferidas características ligadas ao pensamento lógico e estratégico, além da intempestividade e força.

Tais características, diariamente reforçadas desde a tenra infância, levam homens e mulheres a assumirem diferentes obrigações e lugares na sociedade que vão desde escolhas profissionais até decisões subjetivas ligadas a valores e estilos

de vida. A questão se agrava ainda mais, pois além do fato de as diferenças entre homens e mulheres serem construções sociais, as distinções decorrentes dos papéis destinados aos homens e mulheres colocam cada um em posições distintas de poder.

Para Liberato e Andrade (2018), nos últimos anos esse quadro tem apresentado algumas mudanças, mas ainda é possível dizer que no âmbito da ciência o gênero continua sendo uma extensão do gênero na sociedade, justificando os índices de produtividade, as diferenças em determinadas áreas, os tipos de publicação e outros números que são apreendidos como resultado de diferenças biológicas e não de gêneros.

Segundo Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho corresponde à divisão do trabalho social em virtude das relações sociais de sexo, sendo, portanto, adaptada historicamente a cada sociedade. Uma das principais características da divisão sexual do trabalho é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Fundamenta-se, também, na dicotomia entre esfera pública e esfera privada, de tal forma que as atividades desempenhadas no espaço público, como atividades políticas, religiosas, entre outras, possuem alto valor social, enquanto as que são realizadas na esfera privada, relacionadas à reprodução da vida, como o trabalho do cuidar, são menos valorizadas socialmente. Assim, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que o de mulheres) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Flávia Biroli, discutindo os efeitos da industrialização e a ocupação profissional das mulheres, afirma que a divisão sexual do trabalho pode ser compreendida não apenas na divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, mas, sim, entre trabalho produtivo remunerado e não remunerado. “O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades doméstica, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado” (BIROLI, 2018, p. 28). Segundo as elaborações de Christiane Delphy, um mesmo trabalho, como, por exemplo, cuidar de crianças e idosos, ou preparar alimentos, pode ter valores diferentes dependendo do contexto. No contexto do casamento, as mulheres desempenham esse mesmo trabalho de forma não remunerada, entretanto, o mesmo trabalho, se destinado a outrem que não o marido, tende a ser remunerado. Sendo assim, para a autora, mais importante do que classificar o trabalho em produtivo e reprodutivo, é entendermos como o trabalho das mulheres tem sido explorado. Segundo ela,

A exploração se daria em dois níveis: coletivo e individual. O primeiro consistiria em atribuir coletivamente a responsabilidade pelas crianças às mulheres e liberar os homens dessas mesmas responsabilidades. É sobre a apropriação coletiva do trabalho das mulheres que se organiza a exploração individual (DELPHY *apud* BIROLI, 2018, p. 29).

Além disso, a discussão sobre a exploração e a divisão sexual do trabalho deve ser acompanhada, também, por considerações acerca de questões raciais e de classe, uma vez que a inserção profissional de mulheres em postos de trabalho de maior valor e status social não foi conduzida por mudanças na estrutura da divisão do trabalho, ou seja, muitas mulheres ao se “emanciparem” do trabalho doméstico e do cuidado se beneficiam do trabalho de outras mulheres menos privilegiadas. Ou seja, a emancipação de algumas mulheres se deu também sob a exploração de outras mulheres (WERNECK, 2014).

Com base no exposto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, tendo como foco a área da engenharia civil. Apesar do ingresso de mulheres na graduação, persistem, no exercício das atividades profissionais, os estereótipos que caracterizam a engenharia civil como um campo eminentemente masculino. Ciência, tecnologia, engenharias e matemática eram consideradas atividades naturalmente masculinas e, ainda hoje, inúmeros são os casos de silenciamento e apagamento das mulheres nessas áreas.

No Brasil, por exemplo, o prestigioso Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) teve o primeiro vestibular aberto à participação das mulheres apenas no ano de 1996, com o ingresso de sete mulheres em um total de 120 candidatos aprovados naquele ano. (BERNADES; SANTIAGO; LEYRIA, 1996).

Importante esclarecer que, no contexto desta pesquisa, tendo em vista o objetivo proposto, as entrevistas e suas análises não tratam de outros sistemas de opressão, como raça, sexualidade, entre outros. Acreditamos, entretanto, no mérito das questões aqui levantadas, as quais certamente poderão, em pesquisas futuras, serem correlacionadas com os demais marcadores supracitados.

2.2 GÊNERO E ESCOLARIZAÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, importantes transformações demográficas, culturais e sociais contribuíram para o aumento da escolarização

feminina. Tal fato provocou mudanças nos postos de trabalho assalariado, inclusive com as mulheres ocupando espaços profissionais antes masculinos, como exemplifica o caso das engenheiras, em que, no Brasil, a parcela de matriculadas na graduação presencial passou de 20,1% para 24,4%, em 2012. Na engenharia civil, especificamente, 21% das matrículas eram de mulheres (LOMBARDI, 2017). Contudo, esses dados que parecem apontar para uma possível simetria nas engenheiras não anulam a divisão sexual do trabalho nessa área, que continua resistente à inserção e integração das mulheres, denunciando o ritmo lento de mudanças nessa esfera profissional, se comparada, por exemplo, com a área do direito e da medicina (LOMBARDI, 2017).

Evidencia-se que o aumento da escolarização feminina não corresponde, necessariamente, à conquista da igualdade no âmbito profissional, não altera as relações de trabalho e nem as relações de poder e, por isso, uma análise que se baseia unicamente no número de mulheres graduadas pode ser enganosa (FORTINO, 2009). Isso porque, apesar de as mulheres já serem a maioria nos cursos de graduação, a feminização de determinadas áreas, que consiste na concentração de mulheres em algumas profissões, reflete a cultura vigente, com uma pré-definição do que é esperado delas no desempenho acadêmico e profissional.

As características apresentadas como masculinas e femininas preconizam às mulheres maior aptidão para ações no âmbito privado, enquanto que aos homens, na esfera pública. “Nessa dicotomia entre o público e o privado se consubstanciou a divisão sexual do trabalho, homens provedores e mulheres cuidadoras”, notadamente nas áreas de humanidades (SOUSA, GUEDES, 2016, p. 30). Em que pese as mudanças havidas nessa forma dual de organização da sociedade, nas áreas tecnológicas, ainda é possível visualizar uma permanência deste pensamento funcionalista de gênero, fator que acaba dificultando a entrada de mulheres nas denominadas “ciências duras” que continuam marcadas por estereótipos de gênero, relegando-as a posições de menor prestígio e com salários inferiores aos dos homens (CARDOSO, HANASHIRO, 2018; GOMES, SOUZA, 2018).

No Brasil, entre 2003 e 2013, o número de engenheiras cresceu 132,2%, passando de 24.554 para 57.022, índice bem superior ao masculino, que foi de 78,3%. (DIAS, 2016). Manteve-se, no entanto, a tendência de menor salário para as mulheres, pois, enquanto 57% dos engenheiros ganhavam mais de dez salários mínimos, 17% mais de 20 salários mínimos, apenas 44% das engenheiras recebiam essa remuneração (LOMBARDI, 2017).

Naturalizadas como frágeis, as mulheres têm sido excluídas de postos de comando, onde evidentemente teriam melhores salários. Isso ocorre em todos os campos profissionais e, no caso da engenharia civil, não é diferente. Além de empecilhos para o alcance de cargos de chefia, as mulheres também são desestimuladas a trabalhar nos canteiros de obras de engenharia. Os argumentos alegados para a exclusão são o trabalho pesado, a necessidade permanente de viagens e as más condições das acomodações que, na maioria dos casos, nem possuem banheiro adequado.

A ausência de condições adequadas de trabalho não é algo incomum na área das engenharias, como também em outras áreas, mas a lógica não seria impedir, por isso, o acesso das mulheres a esses espaços considerados “inadequados”, mas antes promover melhorias no mesmo, de modo a atender de forma satisfatória aos trabalhadores de ambos os sexos/gênero. Por isso, Chies (2010) considera que a entrada de mulheres na graduação das engenharias não significa necessariamente uma transformação nas desigualdades de gênero, embora seja pelo avanço delas que se tornou possível realizar uma pesquisa como esta. Ou seja, a entrada de mulheres nessas áreas e os questionamentos das desigualdades de gênero são ao mesmo tempo motivadores e fundamentadores da pesquisa aqui apresentada. Trata-se de uma incursão em um campo em que se deram alguns passos em favor da igualdade, mas que ainda conservam características da estrutura social desigual onde está inserida.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo geral deste trabalho, procurou-se aliar duas metodologias qualitativas: 1) entrevistas semiestruturadas e 2) discussão teórica bibliográfica. Pretende-se, assim, construir uma reflexão que leve em conta as experiências dos entrevistados e as questões teóricas acerca da desigualdade de gênero.

O critério para a inclusão dos entrevistados nesta pesquisa era ser profissional em exercício na área da engenharia, e o fator de exclusão, não estar atuando profissionalmente ou não aceitar assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. O recrutamento dos participantes da pesquisa seguiu a técnica *snowball* ou amostragem “bola de neve” em que um informante indica outro (VINUTO, 2014). As oito entrevistas foram realizadas individualmente, no período entre outubro de

2018 e janeiro de 2019, com duração de 40 a 60 minutos. Todas foram gravadas, transcritas e analisadas com profundidade, na perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (2016).

Escolheu-se entrevistar homens e mulheres entre faixas etárias distintas na intenção de captar diferentes interpretações sobre a inserção feminina na engenharia civil, levando em conta não apenas as diferenças entre gêneros como, também, geracionais. Contudo, não é ambição desta pesquisa fazer afirmações sobre todo o campo, porém esta pesquisa e suas questões norteadoras ajudam a refletir sobre as estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas sob as quais se fundamentam as desigualdades que vivenciam as mulheres na engenharia e demais campos científicos e profissionais socialmente entendidos como masculinos.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar) em outubro de 2018, sob o parecer nº 2.965.065.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A análise dos dados confirmou a maior entrada de mulheres na área da engenharia civil como uma tendência das últimas décadas. Comparando-se o depoimento da engenheira de maior idade, M., 58 anos, com o da mais jovem, D., 25 anos, tem-se que a primeira ingressou no curso aos 19 anos, em 1979, numa classe em que as mulheres representavam 11% das matrículas, enquanto que a segunda ingressou na faculdade em 2012, numa turma composta por 45% de mulheres.

Apesar de os discursos caminharem no sentido de defender a igualdade de gênero na engenharia civil, o aprofundamento nas discussões evidencia o que Moraes e Cruz (2018) denominam de zonas de gueto na profissão. Os homens são considerados mais aptos para o cargo de engenheiro de obras, seja na construção e nas reformas de casas ou edifícios, seja na construção pesada, como em estradas, pontes, túneis, enquanto as mulheres são pensadas como aptas preferencialmente para o trabalho burocrático, realizado nos escritórios de projetos. Se não se pode dizer que isso se efetive na realidade prática, no âmbito do imaginário é o que pode ser depreendido como o ideal nas narrativas.

A naturalização de gênero, que oferece uma visão limitadora das potencialidades femininas, não é exclusividade dos homens, como se percebe no depoimento da engenheira V., de 41 anos, para quem “ficar trabalhando no meio da estrada não é algo bom, porque a mulher é diferente, ela é mais sensível, nós

temos uma parte do hormônio e é extremamente difícil”. Seu depoimento valida o essencialismo, cuja tentativa de desconstrução sempre foi uma das bandeiras feministas.

O preconceito de gênero nem sempre aparece de maneira explícita. Muitas vezes os entrevistados buscam caminhos tortuosos para evitar transparecer a discriminação, mas ela existe e, por mais confuso que seja o discurso, fica evidenciado.

A única coisa assim das engenheiras que eu conheço no canteiro é que as bichas têm que ser forte, ela tem que ter realmente uma postura, né? Porque aí tem dessa questão ética do cara do pedreiro que, dependendo em uma situação de aceitar uma voz feminina e tal, e sim essa questão ética do machismo aí. Sim, eu vejo que [a Engenharia Civil] é machista, né? [pausa]. Porque começa no canteiro de obra onde você pode ter instrução técnica. Geralmente essa pessoa que tá lá executando ela não tem esse nível técnico para ou não só entender, mas se localizar, então a mulher no canteiro de obra eu vejo naturalmente, mas ela tem que ter postura. [...] todas as mulheres que eu vi no canteiro são mulheres [...], desculpa o termo vulgar, mas são fêmea macho (Engenheiro C, 37 anos).

Dias (2016) afirma que a entrada das mulheres em áreas tradicionalmente masculinas as obriga a construir novos modos de subjetividade, por isso, mesmo que os entrevistados e entrevistadas não problematizem o preconceito de gênero, ele existe. Esse preconceito é notável, especialmente, quando se pensa no canteiro de obras, local onde se emprega principalmente a população masculina. De acordo com Cywisnki e Pelicioni (2019), a construção civil engloba, entre outros, a construção de casas, prédios, portos, barragens, estradas e aeroportos, e é uma das atividades profissionais mais perigosas em todo o mundo, liderando a taxa de acidentes fatais e não fatais. Afastar as mulheres dessas áreas é, de certa forma, reforçar a ideia da fragilidade delas.

Nos depoimentos, sempre que se fez menção ao canteiro de obras a ênfase, tanto dos homens quanto das mulheres, era que as engenheiras que atuam nesse local precisam se cuidar tanto no modo de vestir quanto no de se comportar, evitando desde os primeiros contatos aceitar qualquer tipo de brincadeiras de cunho sexista, sejam elas feitas pelos patrões, colegas engenheiros ou pedreiros.

O assédio sexual contra as mulheres apareceu nos depoimentos como um tema importante, mas ficou evidenciado neles o preconceito de classe, visto que esse

comportamento foi associado mais diretamente aos pedreiros, embora nenhuma engenheira tenha relatado experiência concreta de assédio por parte desses profissionais. Ressalta-se, no entanto, que todas as entrevistadas são profissionais locadas em escritórios de elaboração de projetos e só eventualmente executam alguma atividade nos canteiros de obras.

Há um imaginário coletivo muito forte que vincula o assédio aos homens menos escolarizados, o que não é uma total verdade. Lombardi (2017), que também discutiu com engenheiras a questão do assédio, ouviu de uma delas que nunca tivera problemas com os pedreiros, mas que o mesmo não podia ser dito de seus colegas superiores engenheiros. Para essa autora, o assédio, seja moral ou sexual, viola a dignidade, intimida e humilha o/a trabalhador/a.

A ideia de que cabe à mulher controlar o assédio masculino ficou evidente no depoimento abaixo:

Então, assim, você não pode provocar porque determinados homens são como um animal, eu acho ele tem um instinto, sei lá, se você provoca naquela pessoa você desperta a sexualidade naquela pessoa, então você tem que arcar com as consequências [...] eu tenho uma amiga em particular que sofreu um problema porque ela tava com uma roupa muito inadequada e o cara mexeu com ela, e ela falou: “eu sou engenheira”, e o cara respondeu: “mas você não está vestida como engenheira”, aí foi desagradável. Ele falou algumas coisas que eu não vou nem falar [...] quem passou por determinadas situações foi porque também provocou, por causa que [sic] um canteiro de obra não é o lugar para você ir com uma roupa inadequada. Eu nunca tive problema porque eu sempre me posicionei com humildade [sic] com cada um deles (Engenheira M., 58 anos).

O relato de M. legitima o assédio e coloca na vítima a responsabilidade pelo ato, porque os homens aparecem dotados de uma pulsão sexual que cabe às mulheres manter sob controle. É sabido que no trabalho de uma construção em andamento, seja na construção civil ou na construção pesada, são necessários trajes específicos como questão de segurança, mas, além desse aspecto, percebe-se que o fato de não estar “adequadamente vestida” faz com que a mulher não mereça ser respeitada.

Nota-se, também, que o falar “besteiras” é apresentado como um

comportamento dos pedreiros que, menos escolarizados do que os engenheiros, estão tendencialmente mais propensos a atitudes menos civilizadas. Desse modo, o argumento utilizado para as limitações das engenheiras no canteiro de obra aparece como “proteção” e “cuidado”. A engenheira que executa suas atividades no escritório e não precisa se “expor” está sendo poupada de um ambiente onde poderá sofrer situações vexatórias, desconsiderando a capacidade de as mulheres decidirem, por si mesmas, se estão se sentindo desprotegidas e se efetivamente desejam ser cuidadas.

A entrevistada B, de 29 anos, afirma nunca ter sofrido assédio, mas já ter passado “várias vezes” por situações discriminatórias no exercício da profissão unicamente em função de ser mulher. Ressalta que isso ocorre desde a graduação, quando não era incomum ouvir dos professores frases como: “Você é mulher, devia estar fazendo arquitetura, você não devia estar fazendo engenharia”.

O pensamento de que engenharia não é lugar de mulher não é novo, e muito menos limitado a essa área, mas agora o que parece acontecer é que vão surgindo espaços aceitáveis e menos aceitáveis às mulheres no exercício dessa profissão em função do pertencimento de gênero. Segundo Olinto (2011), não apenas no mundo do trabalho, mas na dimensão sociocultural, crenças, valores e atitudes socialmente estabelecidos forjam estereótipos sobre as habilidades de homens e mulheres, criando o que se denomina de segregação horizontal e vertical.

A segregação horizontal é um mecanismo que leva as mulheres a seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens, e a segregação vertical é um mecanismo social ainda mais sutil e invisível que tende a fazer com que as mulheres sejam mantidas em posições mais subordinadas ou que sejam impedidas de progredir profissionalmente. “Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como “teto de vidro”, indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão dos homens” (OLINTO, 2011, p. 69).

Mesmo quando os comentários buscam não ser desqualificadores das mulheres, o preconceito está posto, pois valida o essencialismo de gênero.

Sim. Eu acho que um exemplo é a enfermeira. Tem enfermeiros homens, mas eu acho que as mulheres ainda são a grande maioria nessa posição, e eu acho que o atendimento delas é sempre melhor

do que quando feito pelos enfermeiros homens (Engenheiro F., 29 anos).

Se você contrata uma equipe de mulheres, por exemplo, para assentamento de piso, para rejuntamento de piso, tem equipe só de mulher que faz isso e o cuidado dela é bem maior do que o de um homem. Serviço bem mais perfeito. Ela é mais cuidadosa, pode ser pelo sentido de mãe que ela já tem, porque ela tem a gravidez, ela tem que dar à luz. Talvez isso conceda a ela esse superpoder aí (Engenheiro R., 35 anos).

A busca da representatividade feminina, não só dentro da engenharia, mas dentro da sociedade em geral, é uma antiga demanda do Movimento Feminista. Foram as feministas, em sua pluralidade de ações e perspectivas, que contribuem para a construção de uma sociedade menos desigual na perspectiva de gênero, mas as entrevistas trouxeram muitas ideias negativas e estereotipadas acerca do feminismo e seus sentidos.

O protesto do feminismo tende a mulher vulgarizar o sexo, deturpar com alguns aspectos éticos e isso é um fato que pesa para o outro lado muito neoliberal e já não é tão feminismo eu acho (Engenheiro C., 37 anos).

O movimento feminista é um movimento feminista (*sic*) que não representa as mulheres. É isso que eu acho [...] este movimento tem alguns interesses que não são representados totalmente pelas mulheres, tem alguns interesses partidários ideológicos diferentes do que é realmente o anseio da mulher (Engenheiro F., 29 anos).

Os entrevistados não conseguem sequer verbalizar de maneira clara o que seja o feminismo, embora lhe façam críticas. Discurso, inclusive, referendado pelas mulheres que também deslegitimam as lutas feministas, embora se beneficiem de suas conquistas. Os depoimentos das entrevistadas M. e V. são emblemáticos:

Eu acho que ele [o Movimento Feminista] é um tanto radical. Quem quer ocupar um espaço, a gente ocupa sem fazer grandes alardes. Eu ocupei o meu sem muita confusão. Você vai entrando aos poucos e você vai [pausa] engraçado, só que, para as mulheres mais antigas, antes da minha geração, talvez o Movimento Feminista foi fundamental só que hoje, quando eu vejo algumas colocações

e alguns exageros em passeatas, eu particularmente não gosto de exagero em nada. Manifestações exageradas, pessoa tirar a roupa em algum lugar, eu acho que não tem necessidade disso aí. Você tem como se colocar profissionalmente sem você ter grande exageros (Engenheira M., 58 anos).

Eu acho que essas coisas de feministas são muito extremo. Eu não gosto [...] eu acho que existem coisas boas sim, desde que o respeito a mulher o respeito à profissão que ela é capaz de fazer as coisas e só que eu concordo que ela também tem capacidade, às vezes, ela tem até um pouco mais em relação ao homem [...], mas eu não gosto desse extremismo como em qualquer outra coisa né? (Engenheira V. 41 anos).

Ainda na opinião da engenheira V., as reclamações de algumas mulheres são, na verdade, desculpas, por não terem chegado profissionalmente na posição esperada: “A minoria grita muito por ser minoria”. O que esses depoimentos evidenciam é uma falta de conhecimento sobre o Movimento Feminista enquanto movimento político e cultural pela defesa dos direitos das mulheres no âmbito público e privado. De fato, os feminismos são plurais em suas abordagens e estratégias de ação, sendo que atualmente não é possível falar em feminismo, mas em feminismos, no plural. Entretanto, é possível destacar como característica central a esse movimento que é político, cultural, mas, também, teórico e científico, sua preocupação com as diversas formas de opressão, desenvolvendo categorias, teorias e ações voltada a mitigá-las.

Para Lombardi (2017), a visão negativa de locais específicos para se atuar na engenharia civil tende a reforçar o equívoco de que para ser engenheiro/a a pessoa precisa ter personalidade peculiar. Isso contribui para afastar as mulheres da profissão, porque muitas jovens podem deixar de seguir carreira na área por não se considerarem possuidoras dos modos de agir aproximados do modelo de masculinidade dominante.

As particularidades comportamentais atreladas às mulheres estão muito presentes neste estudo de caso, reforçando a concepção de que a entrada delas no curso de engenharia civil não significa que os estereótipos de gênero tenham sido abolidos. É o que se depreende da fala de V., 41 anos, para quem as mulheres, por mais que tenham capacidade de trabalho, não vão carregar materiais pesados dentro da obra: “Eu sempre brinco assim: “Aí, quer igualdade? ”, mas, cara, eu não vou

carregar um saco de cimento de 50 kg, o cara vai, vai sim”.

Quanto à situação conjugal, havia três mulheres solteiras e uma casada; entre os homens, dois eram casados, um divorciado e apenas um solteiro. A engenheira M., 58 anos, única casada, afirmou que, ao engravidar, o médico lhe recomendou que diminuísse o ritmo de trabalho. Após o nascimento da filha, afirma ter ficado 14 meses afastada do trabalho. A superioridade da maternidade na vida de uma mulher, quando comparada à carreira, parece não ser algo tão antigo. A filha de M., também engenheira, está temporariamente afastada de suas atividades para cuidar do seu bebê.

M. não mencionou que essa parada pudesse ter, de alguma maneira, lhe causado algum prejuízo na carreira, pois entende ser normal que a maternidade seja posta acima de outros desejos na vida de uma mulher. Contudo, M. teve relativo entendimento de outras dificuldades que enfrentou e foi a única a afirmar que homens e mulheres não têm a mesma oportunidade de ascensão profissional na engenharia civil. Diz ter feito cursos de aperfeiçoamento e, mesmo tendo maior capacidade técnica que o seu chefe, tem salário menor, “porque ele é homem e eu sou uma mulher”. Interessante perceber, no entanto, que, na sequência de seu depoimento, ela afirma que não sofreu muita discriminação nos lugares onde trabalhou, porque “Eu nunca me expus a ponto de discutir com uma pessoa”. Percebe-se que subordinação e obediência aparecem como elementos capazes de evitar o preconceito contra as mulheres no trabalho.

Evidencia-se, dessa maneira, que estereótipos e preconceitos de gênero, mesmo sendo negados, emergem nos depoimentos, bastando apenas um ouvir mais atento das narrativas.

4.1 PRECONCEITO DE GÊNERO E SAÚDE

As assimetrias entre homens e mulheres foram, ao longo dos anos, referendadas e justificadas por meio do discurso médico. Segundo Donzelot (1980), foram os médicos, detentores de um saber científico muito validado, os mais incisivos porta-vozes da inaptidão feminina para as atividades intelectuais. No Brasil, esse foi um pensamento dominante nas primeiras décadas do século XX, quando se deu a luta vitoriosa das mulheres pelo direito à educação, ao voto e à profissionalização (ALVES *et al.*, 2019).

Atualmente, a saúde vem sendo analisada numa perspectiva mais abrangente,

sendo entendida como resultado de um processo que não se vincula exclusivamente aos aspectos biológicos dos indivíduos, mas tem íntima relação com as condições concretas da vida dos sujeitos (SHIMIZU *et al.*, 2015). Assim, a noção de doença, que se centrava prioritariamente no funcionamento do corpo físico, vem se abrindo a novas práticas discursivas e vários estudos apontam gênero como um determinante social de saúde (SANTOS, 2018).

No Brasil, desde os anos 1980, com a retomada da democracia, iniciaram-se as reflexões sobre discriminação e saúde. A discriminação, entendida como o resultado de atitudes negativas a determinados grupos, deixou de ser pensada como consequência natural das relações humanas passou a ser entendida como um problema social que merece enfrentamento (MASSIGNAN, BASTOS, NEDEL, 2015). A luta feminista pelos direitos das mulheres, nos Estados Unidos, contribuiu para a visibilidade da ideia de que a discriminação é o resultado de relações intencionalmente desiguais de poder (ALVES *et al.*, 2019).

Essa pesquisa empírica não teve como propósito discutir com as entrevistadas suas condições de saúde específicas, tampouco vincular tais aspectos de saúde e qualidade de vida às possíveis vivências de preconceitos no exercício da profissão. Contudo, é importante pensar em trabalhos futuros que caminhem numa linha investigativa de atenção à saúde na perspectiva da equidade, tendo em vista que já se admite que gênero é um determinante social de saúde. Portanto, o respeito às diferenças de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas é um meio de promover saúde e qualidade de vida (PNPS, 2014).

Ruger (2006 apud CHIESA; ZOBOLI; GRANJA, 2019) afirma que todo indivíduo deve ter capacidade para ser saudável e que essa capacidade está relacionada com as oportunidades reais e a liberdade total de escolha em suas vidas. Diante disso, o campo da saúde passou a validar o termo *empowerment*, como estruturante do campo da promoção da saúde. O termo *empowerment* é caro aos estudos feministas e, dentro dessa perspectiva, a saúde deixa de ser pensada apenas como uma resposta de resultados individuais para contemplar ações mais subjetivas relacionadas ao grupo social ao qual o indivíduo se insere, além de relacionadas à estrutura política, jurídica e ideológica. A melhoria das condições de saúde das mulheres vem sendo, cada vez mais, pensada como o resultado da melhoria das condições de vida e de justiça social. Se ter saúde implica em viver uma vida livre de injustiça de todo tipo, a igualdade de gênero é uma ferramenta de promoção da saúde.

5 CONCLUSÃO

Retomando o objetivo do artigo, que consiste em refletir sobre as diferenças de gênero no campo da ciência, tecnologia, engenharia e matemática, com foco específico na área de engenharia civil, observou-se que as falas dos entrevistados efetivamente apontam para uma desigualdade de gênero, não evidenciada na escolha do curso de graduação, mas na inserção no mercado de trabalho, inclusive no que diz respeito à remuneração. Conquanto os profissionais aqui investigados tenham dificuldade em identificar essas barreiras sexistas presentes na engenharia civil e apesar dos reais avanços nas relações de gênero, a inserção nesse campo está, sim, associada a preconceitos eticamente condenáveis.

Evidentemente, o campo das engenharias nada mais faz do que reproduzir a ordem hierarquizada que se encontra incrustada na sociedade. Desse modo, ainda que parte dos entrevistados tenham apontado suas colegas como profissionais de qualidade, seus discursos deixam evidências relacionadas a alguns limites na atuação da mulher nessa área. Nesse sentido, não se pode desconsiderar o fato de as entrevistas terem sido realizadas por uma mulher, situação que pode ter amenizado o teor misóginos das falas.

Vale destacar que embora todos os entrevistados tenham afirmado que, no período em que estudavam, as salas de aulas eram compostas majoritariamente por homens, o estudo evidenciou que o equilíbrio no acesso à graduação vem sendo construída. É verdade que ainda há um caminho a ser percorrido até que o quadro se torne mais favorável às mulheres, entretanto, discutir as dificuldades e subjetividades desta desigualdade, como realizado nesta pesquisa, configura em um passo para o reconhecimento dos problemas para assim definir estratégias para superá-los.

Diminuir desigualdades como as expostas nesta pesquisa não consiste em um avanço apenas para as engenheiras, mas, sim, em um progresso para toda a engenharia civil. Enfrentar os problemas ligados não apenas ao acesso às áreas tidas “masculinas”, mas descortinar as questões ligadas à permanência das mulheres (e outras minorias) nessas áreas de atuação é um esforço de aprimoramento do campo como um todo e que, certamente, reflete em toda a sociedade. Entende-se que é necessário que as universidades e organizações profissionais atente-se ao fato de que quanto mais diversidade nos distintos postos de trabalho, maior o ganho para a área, neste caso a engenharia civil, e maior o ganho para a construção de espaços sociais mais justos e igualitários.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. *et al.* 50 anos de Feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In*: BLAY, E. A.; AVELAR, L. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019, p. 15-54.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDES, B.; SANTIAGO, C. H.; LEYRIA, C. Sete Mulheres são aprovadas no ITA. **Folha de São Paulo**, Cadernos Cotidiano, quarta-feira, 10 de janeiro de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/10/cotidiano/33.html>.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: MS: 2014. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf. Acesso em: 03 maio 2019.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa a contribuição da teoria da argumentação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

CARDOSO, A.; HANASHIRO, D. M. M. Percepção masculina sobre as barreiras das mulheres executivas. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, MG, v. 19, n. 1, p. 73-89, jan./mar. 2018. Disponível em: http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/4790/artigo_5_1_2018.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2019.

CARVALHO, M. G. de; CASAGRANDE, L. S. Mulheres e ciências: desafios e conquistas. **Interthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 20-35, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p20/20565>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

CHIES, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 18, n. 2: p. 352, maio/ago. 2010. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200013/13664>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

CHIESA, A. M.; ZOBOLI, E. L. C. P.; GRANJA, G. F. Atenção à saúde na perspectiva da equidade. *In*: PELICIONI, M. C. F.; MIALHE, F. L. (org.). **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Santos, 2019. p. 289-296.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

CYWINSKI, D. M.; PELICIONI, M. C. F. Mestres de obra, Arte, Educação e Promoção da Saúde em Canteiros de Obras da Construção Civil. *In*: PELICIONI, M. C. F.; MIALHE, F. (org.). **Educação e Promoção da Saúde: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Santos, 2019, p. 415-424.

DIAS, M. S. de L. A escolha feminina na área das profissões tecnológicas: impactos na subjetividade. *Cad. Gên. Tecnol.* Curitiba, v. 9, n. 33, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6191/3842>. Acesso em 12 de agosto de 2018.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FORTINO, S. Coexistência dos sexos. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 44.

GOMES, M. R.; SOUZA, S. C. I. Assimetrias salariais de gênero e a abordagem regional no Brasil: uma análise segundo a admissão no emprego e setores de atividade. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, e182234, 2018

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC. 1998. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/livros-artigos-e-publicacoes/artigos/>. Acesso em: 03 jul. 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67.

LIBERATO, T. F.; ANDRADE, T. H. N. de. Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n.2, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200202&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2019

LOMBARDI, M. R. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, n. 163, p.122-146, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100122&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de abril de 2019.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília, DF: Ed. UnB/NEPeM, 2000. (Série Antropologia).

MASSIGNAM, F. M.; BASTOS, J. L. D.; NEDEL, F. B. Discriminação e saúde: um problema de acesso. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 541-544, jul./set 2015.

MIKKOLA, M. Feminist perspectives on sex and gender. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2011 [2008]. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/feminism-gender/>. Acesso em: 7 out. 2013. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-gender/>

MORAES, A. Z. de; CRUZ, T. M. Estudantes de engenharia: entre o empoderamento e o binarismo de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 572-598, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000200572&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago 2019.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciências e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.** Brasília, DF, v. 5, n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/240/208>. Acesso em: 7 maio 2019.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, J. C. **Doenças e vulnerabilidades: ética aplicada: saúde**. In: NEVES, M. C.; SOARES, J. (org.). Lisboa, Portugal: Edições 70, 2018. p. 285-308.

SHIMIZU, H. E. *et al.* A estrutura das representações sociais sobre saúde e doenças entre membros de movimentos sociais. **Ciên. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232015000902899&script=sci_arttext. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jun 2019

UNESCO. **Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)**. Brasília, Unesco Brasil, 2018. Disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cd8e/3ecb215bf9ea6468624149a343f8a1fa8456.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

WERNECK, J. Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas. In: ASSIS, G. O.; MINELLA, L.S.; FUNCK, S. B. (org.). **Entre lugares e mobilidades: desafios feministas**. Tubarão: Copiart, 2014. v. 3, p. 319-328. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000984602. Acesso em: 13 maio 2019.

Recebido em: 12/08/2019

Aceito em: 11/11/2019